

Editorial

O presente número da revista *Katalysis* traduz o empenho do corpo docente do Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social – NETA – DSS/UFSC em socializar a produção teórica construída nas investigações afetas ao campo da Seguridade Social, de modo especial no tocante à política de Assistência Social. Essa política, reconhecida como pública e garantidora de direitos na Constituição Federal de 1988, passou a demandar esforços em busca de seu reconhecimento, visibilidade e concretização, especialmente a partir da aprovação de sua Lei Orgânica-LOAS, em 1993. Envolvido diretamente com esse movimento social desde seu início, o NETA vem, cada vez mais, consolidando-se como referência técnico-política junto ao processo de elaboração dos novos parâmetros legais e operacionais da Assistência Social, o que nos desafia continuamente a qualificar cada vez mais nossos instrumentos de compreensão e de análise da realidade. A interlocução que o Núcleo estabelece com o diversificado universo de sujeitos que interage nesse amplo espectro de conhecimento e intervenção através da articulação e cooperação com instâncias governamentais e não governamentais, elaboração de atividades conjuntas com segmentos da sociedade civil, organização de eventos, participação em reuniões e comissões, efetivação de palestras e conferências, dentre outras atividades nessa área específica, vem se intensificando e contribuindo sobremaneira para o enfrentamento competente do desafio indicado.

Isto motivou o NETA, através de seu corpo docente, a incluir, neste quarto número da *KATALYSIS*, Revista do Departamento de Serviço Social da UFSC, além de seus professores, pesquisadores e ex-alunos, alguns autores convidados, representantes de outras regiões e universidades do país, que coerentemente abraçaram, de formas diferentes, um objetivo singular: a causa da implementação da Política de Assistência Social no Brasil, nos moldes desenhados pela Lei e pelo direito social.

Deste modo, o conjunto dos dez artigos reunidos nesta Revista recobre uma temática diversificada, mas guarda um mesmo propósito, que é aquele de privilegiar os novos termos dessa Política Pública inquirida pela luta social e pela legislação e que indicam a necessária e urgente produção de ações e medidas inovadoras que possibilitem o alcance dos objetivos firmados pelas diretrizes legais, em uma ambiência de funcionalidade, de eficácia e de fiel cumprimento das prerrogativas dessa política social. Tomados individualmente, esses artigos são representativos das diferentes pautas de questões com que se tem ocupado essa área de trabalho e pesquisa entre nós.

É, assim, com grande satisfação que registramos nesta publicação, a contribuição das colegas Ivanete Boschetti

Ferreira, Professora da UnB e Mestre em Política Social pela UNB e Doutora em Sociologia pela EHESS – Paris, que nos traz uma reflexão acerca dos limites à implantação deste direito social; da Assistente Social Heloísa Maciel, colega membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente em Defesa da Assistência Social/RJ, que chama a atenção para a questão do funcionamento das Redes de Assistência Social; e da Assistente Social Ana Lígia Gomes, Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP, Membro do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (nas Gestões 93/96 e 96/99) e ex-Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social, que nos permite uma leitura sobre as peculiaridades do Benefício de Prestação Continuada.

A essas contribuições, somam-se os artigos das professoras do Curso de Serviço Social da UFSC, Beatriz Augusto de Paiva, que debate a questão das determinações históricas e contradições da Assistência Social, Heloísa Maria José de Oliveira, que tematiza a importante diretriz do Controle Social, Luziele Maria de Souza Tapajós, que aborda a temática das aplicações tecnológicas reais e potenciais para a democratização do acesso à Seguridade Social e Vera Maria Ribeiro Nogueira, que discute a questão da exclusão social, e das Assistentes Sociais e estagiárias do NETA, Simone Vieira Machado, que traz à baila uma discussão sobre a participação da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social, Lílíam Mann dos Santos que estuda questões cotidianas de violência doméstica e Jane da Rosa Defrein Lindner que polemiza a complexa questão da Previdência Social.

O respeito à atenciosa leitura e cuidadosos comentários de nossos pareceristas foi o que norteou esta criteriosa seleção de artigos, e a estes agradecemos sobremaneira pela dedicação. Aos leitores que nos prestigiam, esperamos que nossas reflexões possam contemplar algumas inquietações afetas ao seu campo de atuação, ou pelo menos suscité-las de forma a que nossas dúvidas e convicções encontrem solo fértil para a crítica imprescindível e a desejada interlocução permanente.

Reafirmamos, por fim, nosso desejo de que essa rica produção acadêmica contribua, de fato, para a sedimentação da nova referência política no campo da Seguridade Social e para a dinâmica de efetivação deste importante componente do sistema de proteção da cidadania, que deve ser fundamentado nos princípios da universalidade e da gestão democrática e participativa deste direito, mas que ainda hoje é área flagrantemente subalternizada na esfera política, administrativa e financeira do aparato público da política social brasileira.